

REVISTA  
**DESAFIOS**

ISSN: 2359-3652

V.11, n.6, DEZEMBRO/2024 – DOI: [http://dx.doi.org/10.20873/2024\\_DEZ\\_20875](http://dx.doi.org/10.20873/2024_DEZ_20875)

**MAPEAMENTO DAS LICENÇAS MÉDICAS DOS  
PROFISSIONAIS DA REDE ESTADUAL DE ENSINO DO  
ESTADO DO TOCANTINS**

*MAPPING OF MEDICAL LICENSES OF PROFESSIONALS IN THE  
STATE EDUCATION NETWORK OF THE STATE OF TOCANTINS*

*MAPEO DE LAS BAJAS POR ENFERMEDAD DE LOS  
PROFESIONALES DE LA RED EDUCATIVA ESTATAL DEL  
ESTADO DE TOCANTINS*

---

**Fabio Pereira Vaz**

Mestre em Políticas Públicas. Universidade Federal do Tocantins (UFT). E-mail: [fabiovoz@gmail.com](mailto:fabiovoz@gmail.com) |  
Orcid.org/ 0009-0002-7541-6708

**Ruhena Kelber Abrão**

Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação Física (PROEF/UFT). Doutor em Educação em  
Ciências e Saúde. Universidade Federal do Tocantins (UFT). E-mail: [kelberabrao@uft.edu.br](mailto:kelberabrao@uft.edu.br) | Orcid.org/  
0000-0002-5280-6263.

**Thiago Nilton Alves Pereira**

Professor do Programa de Pós-Graduação em Biodiversidade, Ecologia e Conservação. (UFT). Universidade  
Federal do Tocantins (UFT). E-mail: [thiago.na@uft.edu.br](mailto:thiago.na@uft.edu.br) | Orcid.org/ 0000-0001-6682-7471

**Luan Pereira Lima**

Mestre em Ensino em Ciências e Saúde. Universidade Federal do Tocantins (UFT). E-mail:  
[luanuftedufisica2016@uft.edu.br](mailto:luanuftedufisica2016@uft.edu.br) | Orcid.org/ 0000-0003-2067-6916

**Sandra Franklin Rocha Viana**

Mestra em Ciências do Ambiente. Universidade Federal do Tocantins (UFT). E-mail: [sandravaz@gmail.com](mailto:sandravaz@gmail.com) |  
Orcid.org/0000-0002-0915-1687

**Caio Vinícius Freitas de Alcântara**

Mestrando em Educação Física. Universidade Federal do Tocantins (UFT). E-mail:  
[caio\\_alcantara123@hotmail.com](mailto:caio_alcantara123@hotmail.com) | Orcid.org/0009-0009-9033-0321

**Leandro Costa Fernandes**

Mestrando em Ensino em Ciências e Saúde. Universidade federal do Tocantins (UFT). E-mail:  
[leandrofernandes@uft.edu.br](mailto:leandrofernandes@uft.edu.br) | Orcid.org/0000-0003-1243-575X

Artigo recebido em 03/03/2024 - aprovado em 11/11/2024 - publicado em 16/12/2024

Como citar este artigo:

Vaz, F. P., Abrão, R. K., Pereira, T. N. A., Lima, L. P., Viana, S. F. R., Alcântara, C. V. F. de, & Fernandes, L. C. (2024). MAPEAMENTO DAS LICENÇAS MÉDICAS DOS PROFISSIONAIS DA REDE ESTADUAL DE ENSINO DO ESTADO DO TOCANTINS. *DESAFIOS - Revista Interdisciplinar Da Universidade Federal Do Tocantins*, 11(6). [https://doi.org/10.20873/2024\\_DEZ\\_20875](https://doi.org/10.20873/2024_DEZ_20875)

---

## RESUMO

Tanto na perspectiva do senso comum quanto à luz do conhecimento científico, o magistério tem sido percebido como uma atividade laboral estressante tanto na dimensão física quanto mental, portanto, o artigo tem como objetivo analisar os impactos causados pelas licenças médicas, provenientes de tratamentos de saúde dos profissionais da rede estadual de ensino do estado do Tocantins. Para isso, recorreu-se aos dados publicados pela Secretaria de Educação do Estado do Tocantins. Trata-se de um estudo quantitativo de abordagem descritiva. O estudo foi realizado nos anos de 2013 a 2023, abrangendo os profissionais da educação do estado do Tocantins. Os dados foram disponibilizados pela Secretaria de Estado da Administração - SECAD/TO, bem como pela Junta Médica Oficial - JMO. Os resultados mostram que o número de licenças para tratamento da própria saúde tem sido elevado nos últimos 10 anos, em especial, no ano de 2023. Portanto, discute-se a necessidade de programas e intervenções que forneçam subsídios para que os profissionais de educação não continuem adoecendo com tanta frequência e conseqüentemente se afastando de seus respectivos cargos. O trabalho apresenta dados relevantes para a literatura da área, na medida em que se percebe uma tendência de aumento das licenças causadas pelo adoecimento dos profissionais da educação do estado do Tocantins. Os resultados, apesar de preocupantes, mostram um caminho a ser seguido pelo estado do Tocantins: investir em saúde e qualidade de vida de seus profissionais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação. Licença médica. Adoecimento.

---

## ABSTRACT:

*Both from the perspective of common sense and in the light of scientific knowledge, teaching has been perceived as a stressful work activity in both the physical and mental dimensions, therefore, the article aims to analyze the impacts caused by medical leaves, resulting from treatments health care for professionals in the state education network in the state of Tocantins. To do this, we used data published by the Department of Education of the State of Tocantins. This is a quantitative study with a descriptive approach. The study was carried out from 2013 to 2023, covering education professionals in the state of Tocantins. The data were made available by the State Secretariat for Administration - SECAD/TO, as well as by the Official Medical Board - JMO. The results show that the number of licenses for personal health treatment has been high in the last 10 years, especially in the year 2023. Therefore, the need for programs and interventions that provide subsidies so that education professionals do not keep getting sick so often and consequently moving away from your heavy loads. The work presents relevant data for the literature in the area, as a trend towards an increase in licenses caused by the illness of education professionals in the state of Tocantins is perceived. The results, although worrying, show a path to be followed by the state of Tocantins: investing in the health and quality of life of its professionals..*

**KEYWORDS:** Education. Sick leave. Illness.

---

## RESUMEN

*Tanto desde la perspectiva del sentido común como a la luz del conocimiento científico, la docencia ha sido percibida como una actividad laboral estresante tanto en la dimensión física como mental, por lo que el artículo tiene como objetivo analizar los impactos que provocan las bajas laborales derivadas de tratamientos de salud de profesionales de la red educativa estatal en el estado de Tocantins. Para ello, utilizamos datos publicados por el Departamento de Educación del Estado de Tocantins. Se trata de un estudio cuantitativo con enfoque descriptivo. El estudio se realizó de 2013 a 2023 y abarcó a los profesionales de la educación del estado de Tocantins. Los datos fueron puestos a disposición por la Secretaría de Estado de Administración - SECAD/TO, así como por el Consejo Médico Oficial - JMO. Los resultados muestran que el número de licencias para tratamientos de salud personal ha sido elevado en los últimos 10 años, especialmente en el año 2023. Por ello, surge la necesidad de programas e intervenciones que brinden subsidios para que los profesionales de la educación no sigan enfermando con tanta frecuencia, y en consecuencia abandonar sus respectivos cargos. El trabajo presenta datos relevantes para la literatura del área, ya que se percibe una tendencia al aumento de las licencias provocadas por la enfermedad de los profesionales de la educación en el estado de Tocantins. Los resultados, aunque preocupantes, muestran un camino a seguir por el estado de Tocantins: invertir en la salud y la calidad de vida de sus profesionales.*

**Palabras clave:** Educación. Baja. Enfermedad.

---

## INTRODUÇÃO

A crescente preocupação governamental com aspectos referentes a resultados positivos, no processo de ensino-aprendizagem, no ambiente escolar público tocantinense, tem ocasionado relevante melhoria em índices educacionais e metas a serem alcançadas. Segundo dados do Ministério da Educação (MEC), o estado do Tocantins atingiu, no ano de 2023, a marca de 44% de crianças alfabetizadas (BRASIL, 2024). Somado a isso, em 2024, o governo do Estado investiu cerca de 27 milhões de reais na modernização da rede pública de ensino, contemplando com isso professores, estudantes e toda a comunidade escolar (GOVERNO DO TOCANTINS, 2024).

Com tamanha ênfase em efetivar a evolução educacional pública no estado, acaba-se por intensificar o trabalho nas diversas áreas que permeiam o ambiente escolar. Destarte, os professores precisam se adaptar às novas abordagens pedagógicas educacionais que, devido à evolução tecnológica na área, são de difícil ajuste, podendo ocasionar estresse, incompreensão e até frustração (FARIAS *et al*, 2023)

Desde 11 de março de 2020, data na qual a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou a Covid-19 como Pandemia, fez-se necessária a criação de diversos mecanismos de flexibilização e adaptação na forma de fazer educação. Ferramentas on-line, redes sociais e plataformas digitais foram introduzidas nas diversas modalidades de ensino com o intuito de dar continuidade às aulas mesmo em período de isolamento social.

Sob essa ótica, Guimarães (2024) menciona que o uso de tecnologias digitais de maneira extensiva, inesperada e abrupta, resultante da necessidade criada pela Covid-19, acarretou problemas de adaptação e, conseqüentemente, afetou o modo de trabalhar dos professores de diversas redes de ensino. A urgência na adequação aos novos métodos de ensino remoto associada à demanda crescente de responsabilidades, preocupações e anseios quanto ao futuro foram fatores preponderantes no surgimento de enfermidades de caráter físico e psíquico na classe docente.

Assim, tanto na perspectiva do senso comum quanto à luz do conhecimento científico, o magistério tem sido percebido como uma atividade laboral estressante tanto na dimensão física quanto mental, na qual o profissional abdica do seu tempo de lazer para cumprir demandas trabalhistas, por vezes repetitivas e ritmo acelerado que podem perdurar por tempo indeterminado, ocasionando angústias e preocupações (GUIMARÃES, 2024). Dessa forma, a falta de apoio, em diversos aspectos, ao docente pode ocasionar seu adoecimento constante, fato que corrobora a necessidade de utilização das licenças médicas para fins de tratamento de saúde própria ou de outrem (DUTRA *et al*, 2016)

Nesse ínterim, o conceito de saúde, que por muito tempo esteve representado pela ausência de doenças, vem se modificando na história da sociedade e, atualmente, é compreendido como multidimensional. Segundo o aporte teórico de Marcucci *et al* (2023) um completo bem-estar físico, mental e

social, resultado de hábitos de vida e do próprio modo como se vive, tem sido associado à visão mais aceita de saúde. Logo, a saúde do trabalhador está associada à sua própria qualidade de vida. Cabe a ressalva que a percepção de qualidade de vida tem caráter subjetivo e varia de pessoa para pessoa. Conquanto, “dentre os fatores que podem estar associados com a saúde e a percepção de qualidade de vida [...] destacam-se os hábitos referentes à prática de atividade física” (MARCUCCI et al, 2023, p. 02).

Nesse viés, nota-se a importância de investigar como está a saúde dos profissionais da educação no estado do Tocantins, os quais exercem importante papel social na comunidade e na sociedade em geral. Por conseguinte, manter a saúde de tais sujeitos é crucial para garantir a qualidade do ensino ofertado aos estudantes do estado.

O presente artigo objetiva analisar os impactos causados pelas licenças médicas, provenientes de tratamentos de saúde dos profissionais da rede estadual de ensino do estado do Tocantins. A partir deste mapeamento, busca-se discutir sobre os tipos de patologias que têm acometido os profissionais de educação do estado, bem como quais medidas em políticas públicas podem ser tomadas para melhorar o quadro de bem estar biopsicossocial desses profissionais.

## **METODOLOGIA**

Trata-se de um estudo quantitativo de abordagem descritiva. Os dados foram coletados do documento da SEDUC intitulado “PROBEM” (Programa Bem-Estar Profissional). Tal programa é uma política pública estadual de atenção ao bem-estar e valorização profissional, que tem como eixos temáticos fundantes a promoção da saúde e bem-estar, prevenção ao adoecimento e integração profissional. No documento supracitado, foi realizado, pela Gerência de Atenção ao Bem-Estar dos Profissionais da Educação - GABEPE, um mapeamento das licenças concedidas aos profissionais da educação. Nele se destacam os principais motivos de tais licenças, quais os tipos delas e quais os anos em que elas foram concedidas.

O estudo foi realizado nos anos de 2013 a 2023, abrangendo os profissionais da educação do estado do Tocantins. Os dados foram disponibilizados pela Secretaria de Estado da Administração - SECAD/TO, bem como pela Junta Médica Oficial - JMO. Para obtenção dos dados, foi aplicado um formulário a 23.779 servidores, dos quais 17.635 participaram. Portanto houve uma perda amostral de pouco mais de 6 mil servidores.

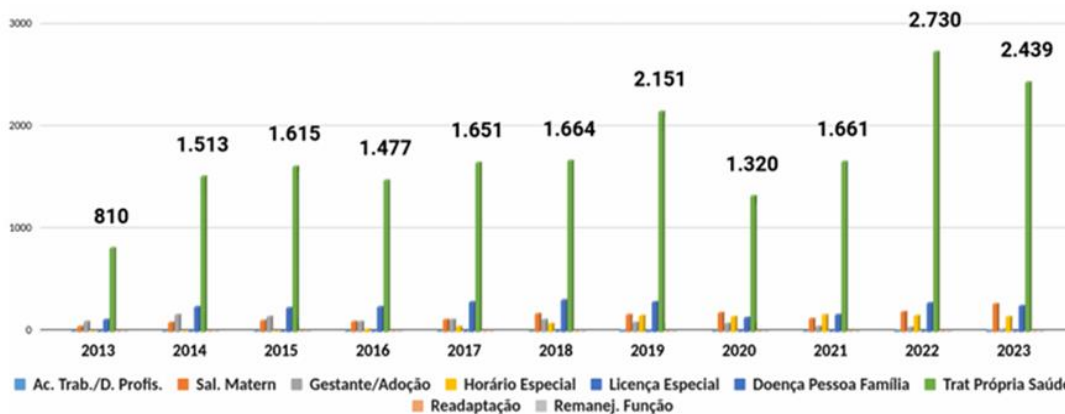
## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

De acordo com dados fornecidos pela Secretaria de Estado da Administração (SECAD/TO), em conjunto com a Junta Médica Oficial (JMO),

coletados na data de 30/10/2023, correspondentes ao período temporal entre 2013 a 2023, foram estimadas 31.452 licenças aos profissionais da rede estadual de ensino.

O Gráfico 1 representa a quantidade de licenças concedidas aos profissionais da rede estadual de ensino no recorte temporal supracitado, bem como sua distribuição em cada ano.

Gráfico 1 - licenças concedidas no intervalo de 2013 a 2023



Fonte: SEDUC, 2024, p.8

Observa-se a prevalência de licenças referentes a tratamentos da própria saúde, em comparação às demais licenças. De 31.452 licenças, 22.834 concessões se destinaram a tratar a própria saúde, representando 72,6% das licenças.

No estudo de Gonçalves e Zanatti (2022), os transtornos psiquiátricos e as doenças osteomusculares foram os mais prevalentes. Malgrado o estudo ter sido realizado em duas universidades federais do Sul (Pelotas e Rio Grande), nota-se que o problema não atinge apenas a educação básica, mas professores em geral. As doenças psiquiátricas terminam por ter uma grande responsabilidade pelos afastamentos, tal qual comprovado no presente estudo, que também encontrou acentuado número de afastamentos por esses tipos de doenças. Portanto, há uma necessidade de acolher melhor esses profissionais em suas necessidades.

No estudo mencionado, o absenteísmo esteve mais presente nas mulheres. Os motivos podem ser inúmeros, desde a maior carga de trabalho, que ainda incide sobre a mulher (SANTOS, DAMASCENO, 2020) ou pode-se mencionar aspectos de cunho machista, que acabam adoecendo as professoras de modo mais prevalente (MATOS, 2021; CARVALHO, SILVA, SILVINO, 2023).

Os autores Gonçalves e Zanatti (2022) trazem à luz discussões importantes para minorar os problemas de saúde dos profissionais da educação, entre eles: discutir estratégias que resultem em mudanças na forma de organização do trabalho, promoção à saúde e qualidade de vida dos trabalhadores, visando a minimizar os impactos que o adoecimento traz aos trabalhadores e às instituições.

Em outro estudo, com foco na educação básica e nas doenças musculoesqueléticas, especificamente, foi encontrado que, dos 6.510 professores participantes (63,2% do sexo feminino), a prevalência de

afastamento por distúrbios musculoesqueléticos foi de 14,7%, sendo 16,5% para o sexo feminino e 11,7% para o masculino (BARBOSA *et al.* 2023).

Observa-se, tal qual o estudo de Gonçalves e Zanatti, as mulheres sendo mais acometidas por doenças em comparação aos homens. É notório que, na educação básica, existe uma maior quantidade de professoras que de professores, por conseguinte, um trabalho voltado ao sexo feminino pode ser necessário, na medida em que os resultados dos estudos apontam que elas vêm adoecendo mais, seja por motivos psiquiátricos (GONÇALES, ZANATTI, 2022), seja por doenças musculoesqueléticas (BARBOSA *et al.* 2023).

Ainda sobre o estudo de Barbosa et al (2023), a indisciplina esteve associada ao afastamento da sala de aula. Tal dado é importante, pois é necessário saber as causas de tais afastamentos para poder atuar, contundentemente, de modo a diminuir suas consequências. É nítido, então, que o problema dos afastamentos envolve diferentes fatores, sendo urgente atuar em cada um deles, com o fito de minorar esses afastamentos, que tanto prejudicam o estado do Tocantins, especificamente, e o Brasil como um todo.

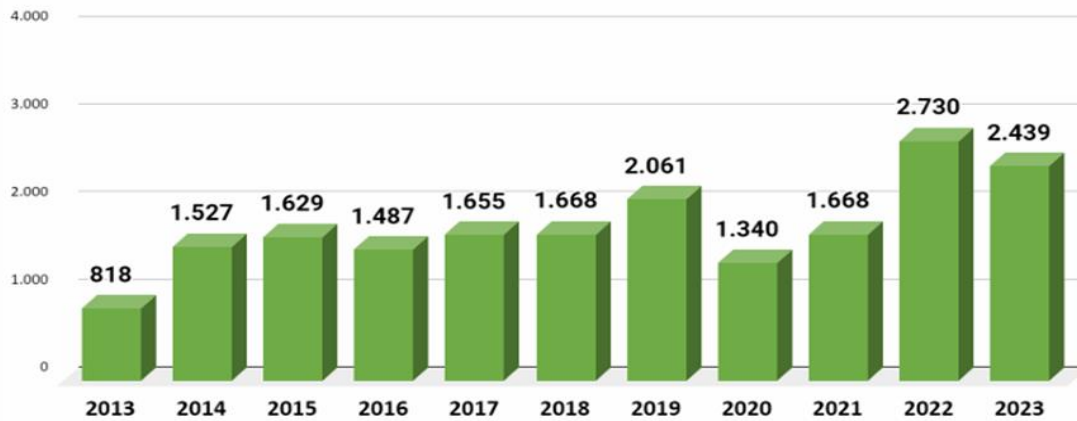
A sobrecarga de trabalho é um fator responsável pelo adoecimento de professores nas escolas (BARBOSA *et al.* 2023; FREITAS, FIGUEIREDO, 2024; TREVISAN, CRUZ, 2019). Há de se ressaltar que muitos professores acabam por se submeter a mais de 40h semanais de trabalho como forma de complementar a renda, já que, em comparação a outros profissionais que possuem curso superior, o professor ainda não recebe o suficiente.

Políticas de valorização profissional precisam ser postas em prática, exemplo disso, o próprio Plano Nacional de Educação (PNE), que previa, em sua meta 17, “valorizar os (as) profissionais do magistério das redes públicas de educação básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos (as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste PNE” (BRASIL, 2014). Todavia a meta não foi atingida, conforme dados do site PNE em movimento.

No gráfico 2, estão distribuídas somente as licenças para tratamento da própria saúde.

Gráfico 2 - Licenças concedidas para tratamento da própria saúde.



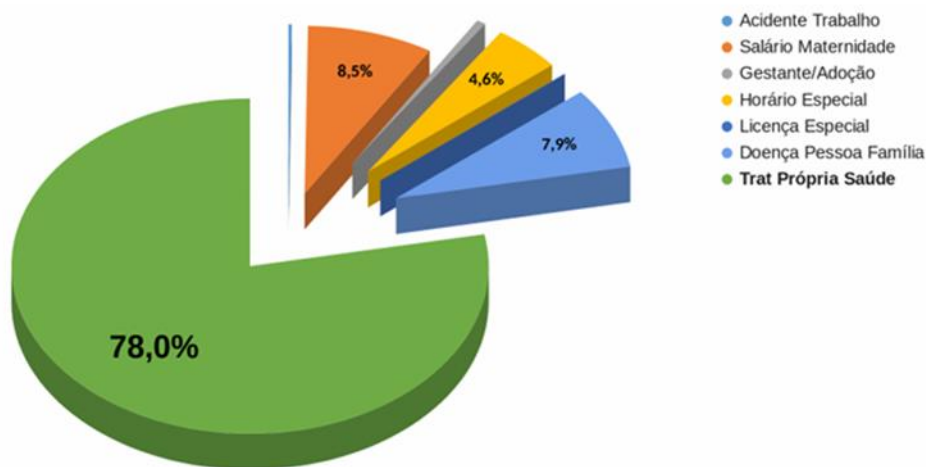


Fonte: SEDUC, 2024, p.9

Nota-se que o número de licenças médicas para tratamento da própria saúde vem aumentando ao longo dos anos. Com exceção dos anos de 2020 e 2021, em que ocorreu a pandemia da Covid-19 e o afastamento de professores e alunos do ambiente escolar. Apesar da queda nos anos mencionados, o número de licenças voltou a subir a partir de 2022 e seguiu em alta em 2023.

No gráfico 3, realizou-se uma comparação entre os tipos de licenças no ano de 2023.

Gráfico 3 - Licenças concedidas para tratamento da própria saúde em 2023



Fonte: SEDUC, 2024, p.10

Constata-se que esse ano contou com um total de 3.125 licenças, das quais 2.439 por motivos de tratamento da própria saúde, correspondendo a 78% do total de licenças. Os outros 22% de licenças ficaram distribuídos entre as demais, destacando-se as licenças referentes ao salário-maternidade (8,5%) e para tratar doença em pessoa da família (7,9%).

Percebe-se, com base nesses dados, o quanto as licenças concedidas para tratamento da própria saúde têm se sobressaído ao longo dos anos. Portanto, há uma necessidade premente de minorar a quantidade desse tipo de licença.

Um dos motivos citados por Freitas e Figueiredo (2024) é o estresse causado por esse tipo específico de trabalho, em que o sujeito lida com diferentes indivíduos (seus pares, seus alunos e todos os servidores da escola) e precisa

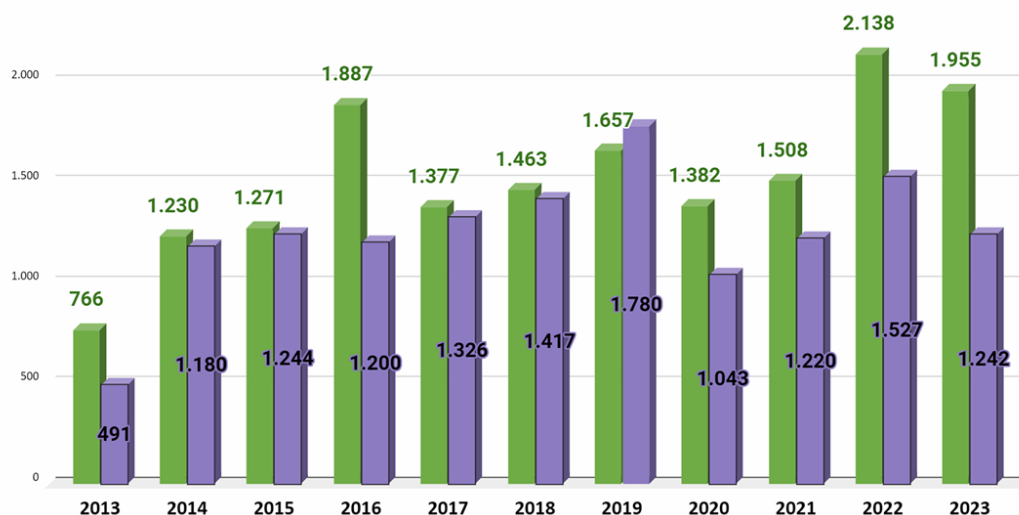


fazer com que seus alunos atinjam níveis adequados de aprendizagem. Essa pressão associada a jornadas que não acabam no local de trabalho, pois muitos professores não conseguem finalizar todas as tarefas inerentes ao professor dentro de sua carga horária, termina por expor tais sujeitos a grandes quantidades de estresse.

Algo relevante a ser destacado é que, ao sair um profissional de licença, outro terá que substituí-lo. Por conseguinte, quando há a necessidade de prorrogações de licenças, o problema é ainda maior, já que os prejuízos financeiros se acentuam e o absenteísmo fica mais evidente na sequência de prorrogações necessárias para continuidade dos tratamentos médicos (SEDUC, 2024).

O gráfico a seguir mostra a quantidade de licenças e prorrogações realizadas ano a ano. Os resultados são preocupantes, na medida em que o número de prorrogações chega perto e às vezes até ultrapassa a quantidade de licenças.

Gráfico 4 - Licenças e prorrogações concedidas para tratamento da própria saúde.

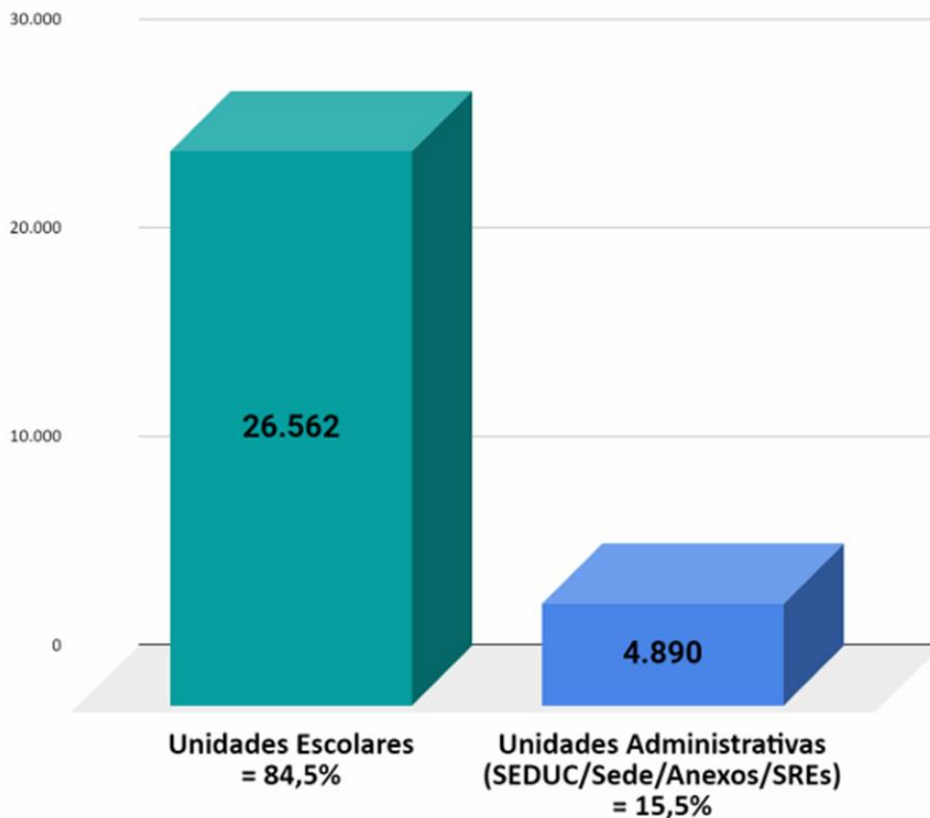


Fonte: SEDUC, 2024, p.10

As colunas verdes informam os afastamentos para tratamento da própria saúde. As colunas lilases representam as prorrogações de licenças. Ao analisar o gráfico, verifica-se que o número de prorrogações é bem alto, chegando a ultrapassar o número de licenças concedidas, como, por exemplo, no ano de 2019, o número de prorrogações superou o de licenças. Os motivos para prorrogar uma licença são inúmeros, muitas vezes o profissional não consegue gerir de maneira eficaz sua carga de trabalho após voltar de uma licença, porquanto tais licenças podem afetar diversos âmbitos do ser humano (FREITAS, FIGUEIREDO, 2024).

No que tange ao ambiente laboral dos profissionais de educação pesquisados, verifica-se que 26.562 trabalhadores que necessitaram de licenças médicas têm suas lotações em unidades escolares, enquanto 4.890 estão lotados em unidades administrativas, conforme dados do gráfico 5.

Gráfico 5 – Lotação dos profissionais em licença entre 2013 – 2023.



Fonte: SEDUC, 2024, p.12

Dados como esse reforçam a discrepância entre as vivências em sala de aula e fora dela, bem como a importância do ambiente de trabalho para a saúde biopsicossocial do trabalhador.

Nesse viés, ao analisar a qualidade de vida no trabalho, pode-se perceber que a pressão exercida sobre o trabalhador, no aspecto da produtividade crescente, pode ser motivo de estresse constante dentro e fora da sala de aula. Esse estresse, quando mal administrado, é capaz de gerar o adoecimento do corpo e da mente, o que por vezes se traduz na Síndrome do Esgotamento Funcional (CARLOTTO, GONÇALVES, 2010; ASCARI *et al.*, 2016; ; DUTRA *et al.*, 2016; FERNANDES, NITSCHKE, DE GODOY, 2017).

Desse modo, em se tratando especificamente do trabalho docente, Dutra *et al.* (2016) ratificam que fatores indispensáveis para o bem-estar físico e mental do professor estão sendo negligenciados tanto pela própria classe docente quanto pelo poder público responsável.

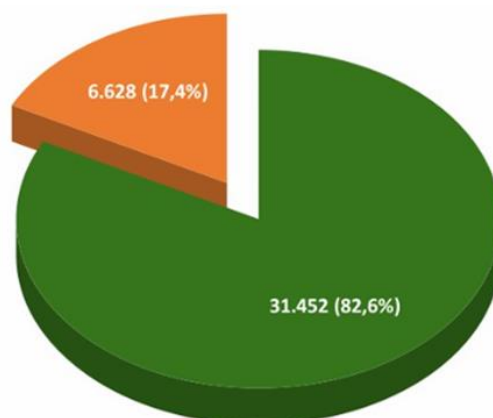
Esclarece o autor que "o trabalho docente se fragmentou, proliferando-se uma série de funções que o mesmo passou a desempenhar, dedicando cada vez menos tempo para aprimoramento profissional, lazer e convívio social" (Dutra *et al.*, 2016, p. 127-128).

O acúmulo de funções, carga horária que ultrapassa os muros da escola, má administração de relações interpessoais no trabalho, condições de trabalho inadequadas e percepção de esforço, que sobrepuja o retorno financeiro realizado, são alguns dos fatores de maior impacto no bem-estar do trabalhador no tocante às inúmeras áreas que perpassam o ser humano. Isso somado à grande demanda por produtividade, cuja preeminência ultrapassa a qualidade de vida no trabalho, acaba por gerar características funcionais como alto nível de exaustão

e baixo nível de realização profissional, os quais representam sintomas da síndrome do esgotamento profissional ou síndrome de Burnout (DUTRA *et al.*, 2016; FERNANDES, NITSCHKE, DE GODOY, 2017).

Vale ressaltar que as licenças anuídas pela JMO, ao tempo da pesquisa, em 30/10/2023, encontravam-se inconclusas. Sendo que, 6.628 licenças estavam ainda em processamento e, por esse motivo, não haviam sido contabilizadas nos resultados.

**Gráfico 6 – licenças concedidas pela JMO**



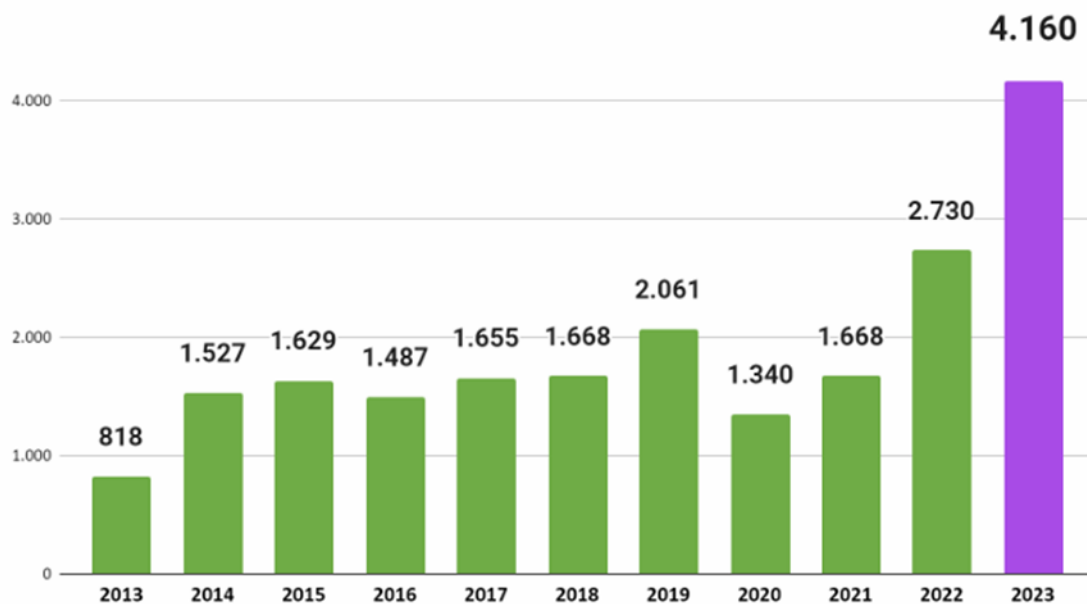
● LICENÇAS CONCEDIDAS ● DADOS EM CONSOLIDAÇÃO

Fonte: SEDUC, 2024, p.13

Todavia, tal lacuna não invalida os dados já coletados anteriormente e muito menos interfere na sua análise. Sendo assim, o Gráfico 6 vem esclarecer que, mesmo com o alto quantitativo de afastamentos devido a patologias e afins, na última década, ainda há margem para novas variáveis de difícil acesso ou, até mesmo, de desconhecimento por parte da JMO.

A pasta responsável pela gestão das licenças especificou que, do quantitativo total dos dados em consolidação, 2.295 são provenientes de motivos não especificados; 3.843 não possuem datas de início e término bem definidas; 449 não apresentam local especificado; e 41 não há especificação do município. Isso posto, em informes oficiais posteriores (OFÍCIO/SECAD/N°527/GASEC, de 27/02/2024 - SGD n° 2024/23009/018133) provenientes da SECAD, fechou-se o ano de 2023 com um quantitativo total de 4.160 licenças para tratamento da própria saúde. Diante do exposto, o crescimento exponencial do quantitativo de licenças passa a ser mais acentuado como demonstrado no gráfico 7 a seguir.

**Gráfico 7** – licenças concedidas para tratamento da própria saúde no período de 2013 a 2023.



Fonte: SEDUC, 2024, p.16

Inferre-se da interpretação gráfica que de 2022 a 2023 houve um aumento de 34,37% na demanda de licenças. Ao enfatizar a problemática do afastamento por licenças médicas, Simões (2023) menciona que a situação atual decorre de fatos históricos que se ligam de maneira intrínseca à deterioração do sistema educacional nacional. Conforme a autora, o interesse pela carreira docente não tem acompanhado o crescimento populacional brasileiro, resultando em profissionais gradativamente mais envelhecidos, fato que por si só pode agravar o quadro de doenças referentes ao trabalho docente.

Outro dado relevante reside no aumento de contratações de profissionais temporários, o qual traça relação com a maior rotatividade nos cargos e funções, piores condições de trabalho e salários e, por conseguinte, maior incidência de licenças médicas para tratamento da própria saúde por todo o território brasileiro, cuja maioria tem suas causas por motivos de transtornos mentais e comportamentais (SIMÕES, 2023). Sob esta ótica, o próprio sistema de ensino torna-se sobrecarregado pois, conforme Gráfico 7, devido ao crescimento não só de licenças médicas, como também de suas respectivas prorrogações (Gráfico 4), abre-se uma lacuna profissional no ambiente escolar, a qual terá de ser preenchida por outro membro da equipe docente, acarretando consequências danosas para toda a rotina escolar, bem como estresse laboral para os profissionais em geral.

Acredita-se que a investigação por especialidades médicas pode contribuir para um melhor entendimento acerca do panorama geral de patologias que têm acometido a população pesquisada. Nesse viés, a tabela 1 faz o detalhamento de tais especialidades que obtiveram demanda de licenças no ano de 2023.

Tabela 1- afastamento para tratamento e saúde em 2023

DETALHAMENTO POR ESPECIALIDADE EM 2023			
Especialidade	Total de afastamentos no ano	Somatória de dias de afastamento no ano	Média dos servidores afastados por dia no ano
Clínica Médica	1.443	94.547	259,03
Psiquiatria	1.225	39.873	109,24
Ortopedia	848	25.430	69,67
Neurologia	193	7.648	20,95
Ginecologia e Obstetrícia	174	13.487	36,95
Oftalmologia	145	3.179	8,71
Cardiologia	76	3.397	9,31
Otorrinolaringologia	38	640	1,75
Odontologia	16	597	1,64
Medicina do Trabalho	2	43	0,12
Total	4.160	188.841	517,37

Fonte: SEDUC, 2024, p.15

Nota-se uma quantidade considerável de licenças, em 2023, para tratamentos que envolvem a psiquiatria. Esses resultados corroboram o estudo de Freitas e Figueiredo (2024), em que o grupo relacionado aos transtornos mentais e comportamentais apresentou aumento expressivo se comparado às demais causas, mormente entre os docentes.

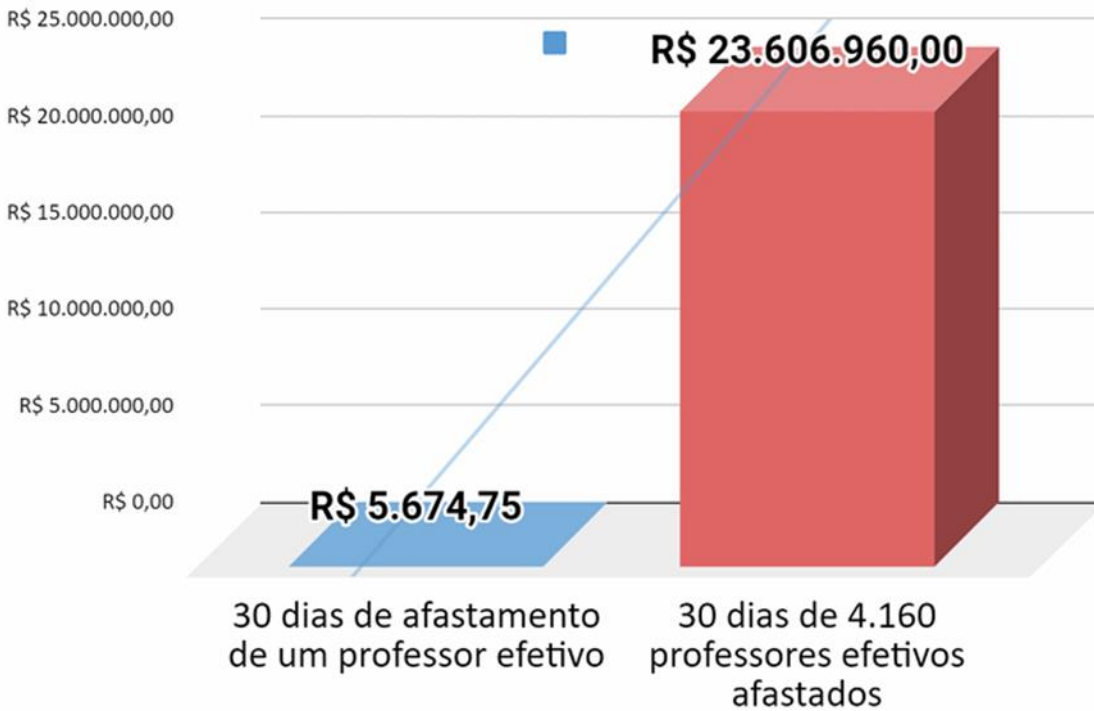
Esse cenário de adoecimento mental acompanha uma tendência desses tipos de problemas na população em geral (SILVA, HORA, 2022; OLIVEIRA, 2024). É necessário, portanto, políticas que consigam minimizar os efeitos do ambiente laboral educacional de modo a evitar que os números de doentes por essa causa continuem aumentando.

Ressalta-se que o estigma que existe quanto às doenças mentais (SILVA, HORA, 2022; OLIVEIRA, 2024;) pode fazer com que muitos servidores se recusem a admitir que passam pelo problema, muitas vezes postergando o tratamento até não conseguir mais. Assim, para além de tratar os doentes, é preciso diminuir as causas que afetam a saúde mental dos profissionais da educação. Dentre as principais, destacam-se: estresse, indisciplina dos estudantes, jornada de trabalho extenuante, mais de um vínculo de trabalho gerando sobrecarga excessiva, dentre outros fatores (LEÃO *et al.* 2015; TREVISAN, CRUZ, 2019; BARBOSA *et al.* 2023; FREITAS, FIGUEIREDO, 2024).

O problema vai além das paredes da escola, muitas vezes os estudantes chegam à instituição escolar com diversos traumas que, muitas vezes, são descontados nos colegas e no docente, sobrecarregando ainda mais o profissional (SILVA, HORA, 2023).

A partir dos dados do gráfico 8, viabiliza-se a simulação de impactos financeiros e orçamentários consequentes do absenteísmo profissional (FRANÇA, 2016) no ano de 2023.

Gráfico 8 – simulação da estimativa dos impactos financeiros em 2023.



Fonte: SEDUC, 2024, p.14

Mediante análise e interpretação do exposto acima, nota-se que a problemática do absenteísmo laboral, em decorrência do nível de adoecimento elevado do trabalhador da SEDUC/TO, tem representado relevante ônus financeiro para o poder público, o qual, no decorrer do tempo, tem obtido crescentes perdas, que se traduzem em aumento de gastos para suprir a necessidade que o adoecimento docente tem demandado. Dessa maneira, nota-se crescente tendência de improdutividade no trabalho à medida que o professor se torna mais suscetível ao adoecimento.

Tendência preestabelecida desde o período industrial manufatureiro é a busca pela produtividade, conceito que nada mais representa que “o grau de aproveitamento dos meios utilizados para produzir bens e serviços”, isto é, “aproveitar ao máximo os recursos disponíveis para chegar a resultados cada vez mais competitivos” (LIMONGI-FRANÇA, 2004, p. 44). No que diz respeito à Educação Pública do Estado, essa produtividade está relacionada à forma como o conhecimento é apresentado ao estudante e, conseqüentemente, a criação de seres humanos críticos, aptos ao exercício da cidadania e qualificados para o mundo do trabalho (BRASIL, 1996) tal qual preconiza a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN).

Dessa forma, o absenteísmo docente tende a ser deletério tanto ao sistema de ensino, quanto ao sujeito de todo o fazer escolar: o estudante. Ao refletir acerca dos resultados numérico-quantitativos elencados como resultados da pesquisa, infere-se que há considerável aumento no acúmulo de licenças concedidas aos profissionais da educação ano após ano. De 2013 a 2023 houve um aumento de aproximadamente 508% no número de licenças médicas para tratamento da própria saúde, como demonstrado no gráfico 1 e retificado no Gráfico 7.

Tamanha expressividade numérica ocorreu, majoritariamente, em decorrência de licenças para tratamento da própria saúde, visto que os outros



tipos de licenças pesquisadas (acidentes de trabalho, salário maternidade, gestação ou adoção, horário especial, licenças especiais e tratamento de familiares) não obtiveram crescimento tão vultoso quanto, vide gráficos supracitados.

Isso ocorre por motivos diversos e que se fazem presentes no cotidiano do trabalhador. Limongi-França (2003) que fator como adoecimento frequente da classe trabalhadora pode traçar relação com aspectos ergonômicos do ambiente laboral: “meios físicos (de trabalho), cognitivos, ambientais e psicossociais [...]” são variáveis imprescindíveis ao analisar o bem-estar no ambiente de trabalho. (p. 34-35). Essa corrente teórica promove reflexão acerca dos motivos pelos quais o adoecimento dos professores do estado do Tocantins tem se agravado no decurso do tempo e o que pode ser feito no intuito de minimizar tal alavancagem.

Desse modo, estudos recentes descrevem a correlação da saúde do trabalhador com seus índices de produtividade no meio laboral. Conjecturando que, em um ambiente de trabalho que possibilite ao mesmo tempo segurança financeira, qualidade de vida no trabalho e fora dele e o bem-estar do trabalhador em aspectos biopsicossociais, há significativa redução na relação trabalho-doença e inversamente proporcional aumento nos índices de produtividade laboral (MOREIRA & REBELO; SOUZA; SIMÕES, 2023)

Maciel (2009), ao buscar solucionar a problemática acerca do absenteísmo profissional, encontra no Lazer uma possível elucidação. Ele aborda o lazer corporativo como uma metodologia utilizada nos mais diversos ambientes de trabalho que visa desenvolver o momento de não-trabalho como conteúdo cultural, oportunizando ao trabalhador mudanças efetivas no ambiente laboral, familiar e social.

O autor menciona que, entre as atividades mais adotadas pelas instituições que oferecem maior qualidade de vida no trabalho, encontram-se a “Ginástica Laboral, a massagem de relaxamento, e a criação de clubes ou grêmios recreativos” (MACIEL, 2009, p. 89). São incluídas, também, nesse rol, as atividades físico-esportivas que, por sua vez, promovem “modificações mais acentuadas no desempenho psicofisiológico das pessoas, interferindo, mais rápida e diretamente, na produtividade” (p. 91).

É importante mencionar que tais exemplos não se extinguem nesse limitado rol apresentado, podendo ser complementados de acordo com cada contexto sociocultural, no qual a atividade laboral esteja inserida. A exemplo disso, vê-se a possibilidade de promoção de atividades culturais e artísticas como geradoras de competências e habilidades pertinentes ao lazer em prol da melhora na qualidade de vida do trabalhador (MACIEL, 2009).

Sendo assim, sob a ótica do capital, políticas públicas cuja intencionalidade esteja pautada na promoção de qualidade de vida e saúde no trabalho podem, facilmente, tornar-se hostis a seus sujeitos. Ou seja, a utilização de tais políticas com viés comportamental que se relacionem a práticas consumistas de lazer ou até mesmo ao chamado lazer compensatório podem contribuir para a massificação de ideologias alienantes, que terão serventia paliativa, porém, no decurso do tempo podem maximizar a insatisfação do trabalhador. Na rubrica de Marcelino (1996, p. 14) “a um trabalho empobrecedor está ligado a um lazer também empobrecedor”.

Nesse sentido, há necessidade de planejamento e implementação de políticas públicas que não tratem o tempo de não-trabalho como simples



assimilador de tensões provenientes do labor, mas sim que o retenha sob a ótica de um espaço de desenvolvimento pessoal e social o qual investe na promoção da autonomia, liberdade, criatividade e saúde do trabalhador.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O trabalho apresenta dados relevantes para a literatura da área, na medida em que se percebe uma tendência de aumento das licenças causadas pelo adoecimento dos profissionais da educação do estado do Tocantins. Tal resultado se assemelha a outros estudos mencionados no presente artigo, demonstrando, com isso, que o problema das licenças em excesso, causadas por doenças diversas, poderá prejudicar as instituições de educação de maneira específica, e o Brasil como um todo, já que o problema não se restringe ao Tocantins e nem mesmo à educação básica.

Observa-se que os profissionais da educação superior também estão adoecendo e, conseqüentemente, lançando mão de licenças para tratar de sua saúde, o que termina por causar grande ônus aos cofres públicos. Quanto aos tipos de doenças que mais afetam os trabalhadores da educação, notou-se uma primazia de doenças “clínica médica” e “psiquiatria”. É relevante mencionar que os problemas de cunho mental são muitas vezes estereotipados, o que termina por ser um problema maior, pois muitos profissionais tendem a trabalhar mesmo com doenças mentais diversas e só procuram ajuda quando o problema já se tornou insustentável.

Programas de lazer na escola podem ser uma forma de minorar essas doenças nos trabalhadores da educação. Promover momentos de descontração no ambiente de trabalho pode ser um escape necessário. Programas de alongamento consciente, yoga, relaxamento, a própria ginástica laboral, também podem ser úteis a esse fim. Por fim, os resultados, apesar de preocupantes, mostram um caminho a ser seguido pelo estado do Tocantins: investir em saúde e qualidade de vida de seus profissionais.

## ***Agradecimentos***

Edital Universal/PROPESQ/UFT, FAPTO, FAPT.

## ***Referências Bibliográficas***

ASCARI, R. A. et al. Prevalência de risco para síndrome de burnout em policiais militares. *Cogitare Enfermagem*, v. 21, n. 2, 2016.

Assessoria de Comunicação Social do MEC, com informações da Secretaria de Educação Básica (SEB) e do INEP, Tocantins atinge patamar de 44% de crianças alfabetizadas, 14 de junho de 2024. Disponível em: <<https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2024/junho/tocantins-atinge-patamar-de-44-de-criancas-alfabetizadas>>. Acesso em: 08 de julho de 2024.

BARBOSA, R. E. C. et al. Afastamento do trabalho por distúrbios musculoesqueléticos entre os professores da educação básica no Brasil, *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, v.48, p. 1-13, 2023.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024: Linha de Base. – Brasília, DF : Inep, 2015.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. 9394/1996.

CARLOTTO, M. S.; GONCALVES, S. Preditores da Síndrome de Burnout em estudantes universitários. *Pensamiento psicológico*, v. 4, n. 10, 2010.

CARVALHO, M. C.; SILVA, M. M. R.; SILVINO, M. O impacto do machismo na tomada de decisões de mulheres em cargos de liderança. *Anais do Simpósio de Iniciação à Pesquisa e Extensão (SIPEX)*, v. 1, p. 1-9, 2023.

DUTRA, L. B. et al. A Síndrome de Burnout (SB) em docentes do ensino superior de instituições privadas de Santarém, PA. *Tempus Actas de Saúde Coletiva*, v. 10, n. 3, p. 115-136, 2016.

FARIAS, S. N. P. et al. Qualidade de vida no trabalho dos docentes de enfermagem universitários na modernidade líquida. *Revista Enfermagem UERJ*, [S. l.], v. 31, n. 1, p. e71896, 2023. DOI: 10.12957/reuerj.2023.71896. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/enfermagemuerj/article/view/71896>. Acesso em: 23 jul. 2024.

FERNANDES, L. S.; NITSCHKE, M. J. T.; DE GODOY, I. Síndrome de burnout em profissionais de enfermagem de uma unidade de terapia intensiva Burnout syndrome in nursing professionals from an intensive care unit. *Revista de Pesquisa: Cuidado é Fundamental Online*, v. 9, n. 2, p. 551-557, 2017.

FRANÇA, Jacira/ Governo do Tocantins, Governo do Tocantins vai investir mais de R\$ 26 milhões em modernização tecnológica de escolas, 19 de dezembro de 2023. Disponível em: <https://www.to.gov.br/secom/noticias/governo-do-tocantins-vai-investir-mais-de-r-26-milhoes-em-modernizacao-tecnologica-de-escolas/3peu5tpetj17>. Acesso em 08 de julho de 2024

FREITAS, L. M. P; FIGUEIREDO, B. O. Análise das licenças por motivo de saúde em servidores da educação. *VII mostra do conhecimento, ensino, pesquisa e extensão*, v. 1, 2024.

GONÇALES, D. A.; ZANATTI, C. L. M. Avaliando o absenteísmo por doença nas instituições federais de ensino: análise dos dados de afastamento de servidores por licença médica nas universidades federais de Pelotas e Rio Grande. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, v. 33, p. 1-22, 2023.

GUIMARÃES, J. R. S. et al. Qualidade de vida de professores de Educação Física da região da grande Florianópolis, BRASIL. *Journal of Physical Education*, v. 34, p. e3404, 2023.

GUIMARÃES, Á. A. et al. Processo de ensino e aprendizagem no período de suspensão das aulas presenciais em virtude da pandemia de COVID-19: estudo com professores. *Distúrbios da Comunicação*, v. 36, n. 1, p. e62672, 2024.

LEÃO, A. L. M. Absenteísmo-doença no serviço público municipal de Goiânia. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, v.18, n. 1, p. 262-277, 2015.

LIMONGI-FRANÇA, A. C. *Absenteísmo no Trabalho: Causas, Consequências e Estratégias de Gestão*. São Paulo: Atlas, 2016

LIMONGI-FRANÇA, Ana Cristina. *Qualidade de vida no trabalho: conceitos e práticas nas empresas da sociedade pós-industrial*. São Paulo: Atlas, 2004.

MARCELLINO, Nelson Carvalho, *estudos do lazer: uma introdução*, SP, autores associados, 1996.

MARCUCCI, L. R. Associação entre prática de atividade física com a saúde mental e a percepção da qualidade de vida em profissionais de enfermagem de Ribeirão Preto e região durante a pandemia da covid-19. *Medicina (Ribeirão Preto)*, v. 56, n. 2, p. 1-11, 2023.

MATOS, L. L. Assédio sexual e discriminação de gênero no ambiente de trabalho. *Juris*, v. 31, n. 2, p.122-139, 2021.

MOREIRA, Rodrigo Canto; REBELO, Mayara Kelly Botelho. Análise ergonômica do trabalho para mototaxista: uma avaliação qualitativa e relato de caso. *Journal of the Health Sciences Institute*; v.41, n.1, p.26-31,2023.

OLIVEIRA, J. G. C. Desafiando estigmas e preconceitos: explorando a experiência dos grupos de ouvidores de vozes na saúde mental. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, v. 10, n.4, p. 1676-1686, 2024.

SANTOS, S.; DAMASCENO, E. A. A jornada de trabalho e suas possíveis implicações ao trabalho dos professores de anos iniciais da Rede Municipal de Rio Branco - Acre. *Revista de Estudo e Pesquisa em Educação*, v.22, n.3, p. 1-16, 2020.

SILVA, A. C. F.; HORA, V. L. A. Psicofobia: enfrentando os transtornos mentais e o preconceito no Brasil. *Caderno Discente*, v. 6, n.1, p. 1-10, 2022.

SIMÕES, E. C. *Trabalho dos professores em estados e capitais do Brasil: da exclusão à inclusão educacional, precarização e reflexos sobre a saúde*. 2023. Tese (Doutorado em Saúde Pública) - Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023. doi:10.11606/T.6.2023.tde-18042023-140113. Disponível em: Trabalho dos professores em estados e capitais do Brasil: da exclusão à inclusão... (usp.br). Acesso em: 22 de julho de 2024.

SOUZA, Débora Ramos de Araújo; CARVALHO, Vanessa Lôbo de; SOUZA, Camila Santos. Qualidade de Vida no Trabalho (QVT) e sintomas osteomusculares em Agentes Comunitários de Saúde. *Revista Pesquisa em Fisioterapia*, v.13, n.1, p.1-8, 2023.

TOCANTINS. Secretaria de Educação do Estado do Tocantins. PROBEM-Programa Bem-Estar Profissional. SEDUC, 2024.

TREVISAN, R. L.; CRUZ, R. M. Licença para tratamento de saúde por transtornos mentais em servidores públicos da educação. In: FRANCO, S.; ESCUDERO, E. (Org.). *El presente del futuro del trabajo II: Psicología y organización del trabajo XVI*, Montevideo - Uruguay, 2019.